

ANO XVII N. 156 20/12/2019

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CR N. 133, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019](#)

Altera a Resolução Conjunta GP/CR n. 11, de 4 de maio de 2015, que dispõe sobre as notificações (citações) e intimações expedidas em 1º e 2º grau de jurisdição aos Advogados da União da Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais - PU/MG, bem como aos Procuradores da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais - PFN/MG e da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais - PF/MG

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 19/12/2019, p. 1)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

[CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

Atualiza e sistematiza a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

(DEJT/TST Cad. Jud. 19/12/2019, p. 18-44)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI COMPLEMENTAR N. 170, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019](#)

Altera a Lei Complementar n. 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e destinados a templos de qualquer culto e a entidades beneficentes de assistência social.

(DOU 20/12/2019, Seção 1, p. 1)

[LEI N. 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019](#)

Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

(DOU 20/12/2019, Seção 1, p. 1)

[LEI N. 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019](#)

Institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021.

(DOU 20/12/2019, Seção 1, p. 1)

[PORTARIA ME N. 1.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019](#)

Revoga atos infralegais do extinto Ministério do Trabalho.

(DOU 20/12/2019, Seção 1, p. 134)

[PORTARIA ME N. 38, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019](#)

Institui grupo de trabalho com o objetivo de avaliar minuta da Lei de Responsabilidade Previdenciária (LRP) de que trata o § 22 do art. 40 da Constituição Federal e propor o seu aperfeiçoamento.

(DOU 20/12/2019, Seção 1, p. 134-135)